

Assunto: Laboração pedreira de gesso na Avarela, Óbidos - Pergunta ao Governo

De: Grupo Parlamentar Os Verdes <PEV.Correio@pev.parlamento.pt>

Data: 06/04/2016 17:14

Para: Assembleia Municipal Óbidos <geral@cm-obidos.pt>

Exmo. Senhor Presidente,

Para conhecimento de V. Exa. e restantes Deputados municipais, vimos remeter as perguntas dirigidas, respetivamente, aos Ministérios da Economia e Ambiente, pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a laboração da pedreira de gesso em Avarela (Óbidos).

Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos,

Joana Gomes da Silva

Chefe de Gabinete



Grupo Parlamentar "Os Verdes" Assembleia da República, Palácio de S. Bento 1200-068 Lisboa

Tel: +351 - 213 919 203 / 213 919 294 Fax: +351 - 213 917 424

This footnote confirms that this email message has been scanned by PineApp Mail-SeCure for the presence of malicious code, vandals & computer viruses.

—Anexos:—

pg1080-xiii-1- Laboração da pedreira de gesso na Avarela (Óbidos)_ME.pdf	474 KB
pg1081-xiii-1- Laboração da pedreira de gesso na Avarela (Óbidos)_MAmb.pdf	474 KB

de Impacte Ambiental, de 9 de junho a 7 de julho de 2015. A Câmara Municipal de Óbidos, reunida em 26 de junho de 2015 informou que iria pronunciar-se contrariamente à pretensão da pedreira durante a consulta pública e que viria um despacho a nova reunião para aprovação do executivo municipal. Também a Assembleia Municipal de Óbidos, na reunião de 24 de junho de 2015 teve conhecimento do assunto por denúncia dos moradores, e em fevereiro deste ano constituiu uma Comissão de Acompanhamento sobre o mesmo, por forma a reivindicar junto da Administração Central o encerramento da pedreira.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito à S. Exa. O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo, a seguinte Pergunta, para que me possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo, conhecimento da situação acima descrita?
2. Face a estas denúncias, pelo risco que representam para as habitações e as pessoas que lá vivem, que medidas pretendem efetuar?
3. Em que fase do processo de Avaliação de Impacte Ambiental se encontra este processo? Foram realizados recentemente medições de ruído junto das habitações? Se sim, que conclusões foram obtidas?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 30 de Março de 2016

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 1081 / XIII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2016-03-30

O Secretário da Mesa

Pedro Aives
(Assinatura
Qualificada)

Digitally signed by
Pedro Aives
(Assinatura
Qualificada)
Date: 2016.03.30
16:49:05 +01:00
Reason:
Location:

Assunto: Laboração da pedreira de gesso na Avarela (Óbidos)

Destinatário: Min. do Ambiente

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” recebeu em audiência, um conjunto de moradores da Avarela, incluindo o proprietário de um Hotel localizado nas proximidades de uma pedreira de gesso, explorada pela SOGERELA, Comércio de Gesso, S.A., que nos deram conta da grave situação em que vivem e que os levou a promover um abaixo-assinado.

A fim de averiguar e tomar conhecimento *in loco* das denúncias feitas pelos moradores, “Os Verdes” deslocaram-se ao local, no passado mês de fevereiro, onde constataram, que a pedreira tem a área de exploração a estender-se para o lugar da Avarela, distando de algumas casas apenas vinte metros.

Foi ainda possível verificar três grandes problemas originados pela atividade da pedreira:

1. As casas estão seriamente danificadas com uma anormal quantidade de fissuras nas paredes de várias habitações, com cantarias, azulejos e rodapés rachados e soltos. As lareiras abrem grandes fissuras, e os moradores deixaram de as utilizar, por questões de segurança, perdendo assim o conforto térmico das suas casas.
2. A quantidade de pó emanado, que além de sujar o exterior das habitações e impedir os moradores de abrir portas e janelas, limitando o arejamento das habitações, pode constituir problemas de saúde aos moradores.
3. O ruído é insuportável e contínuo, chegando ao ponto dos moradores, mesmo estando no interior das suas casas não conseguirem ouvir a própria televisão. A situação agrava-se quando há rebentamentos (normalmente uma vez por semana e sem aviso prévio à população), havendo alguns moradores que inclusivamente se ausentam de suas casas.

Este é um bairro relativamente recente, com as casas mais antigas a datar dos anos 90, quando questionados o porquê de terem escolhido aquele local, com a pedreira nas proximidades, os moradores, assim como o proprietário do hotel, mencionaram que foram informados que a licença de exploração estaria a terminar dentro de pouco tempo, e que não iria ser renovada, assim como, naquela época, a exploração estava a uma distância considerável do bairro.

Todavia, o que se verificou foi um pedido de renovação da exploração da pedreira, e o alargamento para uma zona bastante mais próxima das habitações, cujo estudo de impacte ambiental foi colocado em consulta pública pela CCDD LVT, enquanto Autoridade de Avaliação

de Impacte Ambiental, de 9 de junho a 7 de julho de 2015. A Câmara Municipal de Óbidos, reunida em 26 de junho de 2015 informou que iria pronunciar-se contrariamente à pretensão da pedreira durante a consulta pública e que viria um despacho a nova reunião para aprovação do executivo municipal. Também a Assembleia Municipal de Óbidos, na reunião de 24 de junho de 2015 teve conhecimento do assunto por denúncia dos moradores, e em fevereiro deste ano constituiu uma Comissão de Acompanhamento sobre o mesmo, por forma a reivindicar junto da Administração Central o encerramento da pedreira.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito à S. Exa. O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo, a seguinte Pergunta, para que me possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo, conhecimento da situação acima descrita?
2. Face a estas denúncias, pelo risco que representam para as habitações e as pessoas que lá vivem, que medidas pretendem efetuar?
3. Em que fase do processo de Avaliação de Impacte Ambiental se encontra este processo? Foram realizados recentemente medições de ruído junto das habitações? Se sim, que conclusões foram obtidas?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 30 de Março de 2016

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)